

STJ00115066

Rodrigo Freitas Palma

# HISTÓRIA DO DIREITO

9ª edição  
2022

saraiva  *jur*



**saraiva**  
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

**SAC** | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência editorial e de projetos** Fernando Penteado

**Novos projetos** Aline Darcy Flôr de Souza  
Dalila Costa de Oliveira

**Gerência editorial** Isabella Sánchez de Souza  
**Edição** Marisa Amaro dos Reis

**Produção editorial** Daniele Debora de Souza (coord.)  
Cintia Aparecida dos Santos  
Carolina Mihoko Massanhi

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Camilla Felix Cianelli Chaves  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Deborah Mattos  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Daniela Maria Chaves Carvalho  
Emily Larissa Ferreira da Silva  
Kelli Priscila Pinto  
Klariene Andrielly Giraldi

**Diagramação** Fabricando Ideias Design Editorial

**Revisão** Celia Regina Souza de Araujo

**Capa** Idée arte e comunicação

**Produção gráfica** Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Bartira

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**  
**VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

P171h Palma, Rodrigo Freitas

História do Direito / Rodrigo Freitas Palma. – 9. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

576 p.

ISBN 978-65-5362-121-3 (Impresso)

1. Direito. 2. História do Direito. I. Título.

2021-4435 CDD 340.01  
CDU 340.12

**Índices para catálogo sistemático:**

1. História do Direito 340.01  
2. História do Direito 340.12

**Data de fechamento da edição: 9-12-2021**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607678 CAE 791642

## *Sumário*

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Nota à nona edição</i> .....	17
<i>Nota à oitava edição</i> .....	19
<i>Nota à sétima edição</i> .....	21
<i>Nota à sexta edição</i> .....	23
<i>Nota à quinta edição</i> .....	25

### **PARTE I – INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO DIREITO**

#### **Capítulo I – A História do Direito**

1.1 O ensino e a relevância da cátedra .....	29
1.2 Conceito e justificabilidade do estudo da História do Direito .....	32
1.3 Os historiadores do Direito .....	32
1.4 Relação da História do Direito com as demais disciplinas jurídicas ....	33
1.5 O objeto de estudo da História do Direito .....	34
1.6 Fontes históricas da cultura jurídica ocidental .....	35

### **PARTE II – O DIREITO NAS SOCIEDADES ÁGRAFAS**

#### **Capítulo II – Os Direitos ágrafos**

2.1 Os Direitos ágrafos .....	39
2.2 A Antropologia Legal e o estudo dos Direitos ágrafos: as Escolas Europeias .....	41
2.3 A Escola de Antropologia Legal Norte-americana .....	43
2.4 A Antropologia Legal na América Latina .....	44

### **PARTE III – O DIREITO NA ANTIGUIDADE ORIENTAL**

#### **Capítulo III – Os Direitos cuneiformes e o Direito fenício**

3.1 O Direito na Antiguidade Oriental: breve introdução aos Direitos cuneiformes .....	49
--	----

3.2	O Direito mesopotâmio: a gênese do Direito escrito.....	52
3.3	O Direito babilônico: o Código de Hamurábi .....	56
3.4	O Direito assírio: a mais absoluta legalização do terror.....	64
3.5	O Direito horrita: negócios jurídicos no contexto bíblico.....	70
3.6	O Direito fenício: os primeiros contornos de direito comercial.....	71

#### Capítulo IV – O Direito no Egito Antigo

4.1	O Reino do Egito Antigo: no alvorecer das civilizações.....	75
4.2	O Direito no Egito Antigo e o princípio filosófico do <i>Maat</i> .....	76
4.3	Um Direito Criminal consubstanciado por penas bizarras.....	82
4.4	O Direito Civil no Egito Antigo.....	83

#### Capítulo V – O Direito hitita

5.1	As origens dos hititas .....	85
5.2	O Direito hitita e a predileção pela aplicação de penas pecuniárias....	86
5.3	O tratado internacional celebrado entre Hatti e o Egito.....	87

#### Capítulo VI – O Direito persa

6.1	O dualismo caracterizador da religião persa e sua pseudoforma de monoteísmo.....	89
6.2	O Direito no Império persa.....	90
6.3	Terminologias.....	91
6.4	As fontes do Direito persa: as coleções legais .....	92
6.5	Os Reis persas e o Direito.....	94
6.6	Organização Judiciária da Pérsia Antiga.....	95
6.7	Direito de Família persa.....	96
6.8	Leis de Pureza Ritual .....	97

#### Capítulo VII – O Direito na Índia Antiga

7.1	O Código de Manu e o sistema de castas indiano.....	99
7.2	O Direito na Índia Antiga e a formação de um sistema jurídico autônomo de tradições milenares.....	101

#### Capítulo VIII – O Direito hebraico

8.1	O Direito hebraico e suas fontes.....	111
8.2	O monoteísmo ético e sua projeção no orbe jurídico.....	113
8.3	A Justiça segundo a percepção cultural hebraica.....	115
8.4	Leis de caráter civilista entre os hebreus.....	116

8.5	O Decálogo: as Leis de Ouro da Torah .....	120
8.6	Leis humanísticas na Torah.....	121
8.7	O Direito Penal israelita.....	122
8.8	O Direito Processual israelita.....	125
8.9	Leis ambientais na Bíblia.....	127
8.10	Leis de caráter internacionalista na Bíblia.....	130
8.11	O Direito talmúdico e o monumental processo de consolidação da tradição oral.....	132

## PARTE IV – O DIREITO NO EXTREMO ORIENTE

### Capítulo IX – O Direito no Extremo Oriente

9.1	O Direito chinês: impérios e dinastias milenares.....	141
9.2	O Direito japonês: Shotoku, o príncipe legislador.....	149
9.3	O Direito tibetano: a ordem jurídica no teto do mundo.....	154
9.4	O Direito mongol: O <i>Grande Yasa</i> – O Sistema Legal de um Vasto Império .....	157

## PARTE V – O DIREITO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

### Capítulo X – O Direito cartaginês

10.1	Fenícia: o berço de Cartago.....	163
10.2	O Direito cartaginês.....	168

### Capítulo XI – O Direito na Grécia Antiga

11.1	A Grécia Antiga: o berço da filosofia.....	173
11.2	O problema da exiguidade das fontes: as dificuldades para o conhecimento do Direito helênico.....	174
11.3	A percepção do fenômeno jurídico entre os gregos .....	175
11.4	A ativa práxis legislativa na Grécia Antiga.....	177
11.5	O Direito ateniense: o ideal democrático no âmago da lei.....	178
11.6	O Direito espartano: o militarismo na Constituição de Licurgo.....	185
11.7	O desenvolvimento do Direito Internacional na Grécia Antiga .....	190

### Capítulo XII – O Direito romano

12.1	A notável contribuição romana ao desenvolvimento do Direito.....	193
12.2	A evolução histórica do Direito romano.....	195

12.3	O Direito romano: eventuais influências externas .....	196
12.4	A fundação da cidade e a povoação do Lácio: os contratos do universo etrusco .....	198
12.5	Os sete reis de Roma: mitos e antigas tradições .....	201
12.6	<i>Fas</i> – o Direito Sagrado.....	203
12.7	Rei e Senado: as instituições políticas da Realeza (753-510 a.C.).....	205
12.8	Patrícios, clientes, plebeus e escravos: o contexto social.....	208
12.9	Sexto Papírio e o <i>Ius papirianum</i> .....	210
12.10	O <i>paterfamilias</i> .....	211
12.11	O Direito quirritário ( <i>Ius quirritium</i> ) .....	213
12.12	O Direito romano na Realeza (753-510 a.C.) .....	213
12.13	O Direito romano na República (510-27 a.C.).....	217
	12.13.1 A Lei das Doze Tábuas (451-450 a.C.).....	220
	12.13.2 Outras leis do Período Republicano e a atividade dos jurisconsultos.....	222
12.14	O Direito romano no Alto Império (27 a.C.-284) .....	225
	12.14.1 O declínio da República e seus personagens.....	225
	12.14.2 Reformas de Júlio César no campo jurídico que pavimentaram o caminho para a instauração do Império .....	227
	12.14.3 Otaviano César e as questões legais inerentes à estruturação do Império: das disputas com Marco Antônio à gênese de um novo período na longa história de Roma .....	229
12.15	O Direito romano no Baixo Império (284-565) .....	234
	12.15.1 Período Histórico .....	234
	12.15.2 Justiniano e seu monumental legado jurídico: o <i>Corpus Iuris Civilis</i> .....	234
12.16	O Direito Romano no Período Bizantino (565-1453) .....	237
	12.16.1 As coleções legislativas dos Imperadores Bizantinos .....	238
	12.16.2 A <i>Egloga Legum</i> (740) .....	238
	12.16.3 O <i>Prochiron</i> (870-879) .....	240
	12.16.4 A <i>Epanagoge</i> (884-886) .....	242
	12.16.5 As <i>Basílicas</i> (867-912) .....	242
12.17A	redescoberta do Direito Romano na Europa Ocidental (1116-1400).....	243
	12.17.1 Os glosadores e a Universidade de Bolonha.....	244
	12.17.2 Os Pós-Glosadores e desenvolvimento do Direito Comum ( <i>Ius Commune</i> ) .....	246

**PARTE VI – O DIREITO MEDIEVAL****Capítulo XIII – O Direito na Idade Média**

13.1 As diferentes percepções jurídicas da Idade Média .....	249
13.2 Os Direitos germânicos: do Direito consuetudinário às leis escritas segundo o estilo romano.....	251
13.3 O Direito celta: a lei oral entre o povo das brumas .....	255
13.4 O Direito feudal: os contratos de homenagem.....	259
13.5 O Direito canônico medieval .....	262

**Capítulo XIV – O Direito inglês**

14.1 O Direito na Inglaterra sob o domínio romano (55 a.C.-410 d.C.) ....	275
14.2 A Era do Direito Anglo-Saxão (561-1066).....	277
14.3 A Era do Direito Normando (1066-1485) .....	284
14.3.1 Os Estatutos de Guilherme, o “Conquistador” (1066).....	285
14.3.2 A Carta das Liberdades (1100) de Henrique I e outros regulamentos.....	288
14.3.3 Henrique II e a compilação de costumes de Glanvill.....	292
14.3.4 Ricardo, Coração de Leão, e as leis relativas aos cruzados (1189).....	292
14.3.5 João Sem Terra e a Carta Magna (1215).....	294
14.4 A formação da <i>Common Law</i> : o nascimento de um sistema legal original.....	298

**Capítulo XV – O Direito islâmico**

15.1 Maomé e as origens da religião islâmica.....	305
15.2 O Direito islâmico – conceito e terminologias.....	307
15.3 As fontes do Direito islâmico.....	308
15.4 As cinco regras fundamentais do Direito islâmico .....	310
15.5 O Direito Civil islâmico .....	313
15.6 O Direito Penal islâmico .....	317

**PARTE VII –O DIREITO NA IDADE MODERNA (1453-1789)****Capítulo XVI – O Direito na Idade Moderna (1453-1789)**

16.1 As transformações sociais na Idade Moderna e seu impacto no direito .	323
16.2 O Direito Espanhol na Era das Navegações e Descobertas Marítimas	326

16.3	Portugal – a construção de uma potência ultramarina.....	329
16.3.1	O Direito Português e o Iluminismo – o papel do Marquês de Pombal .....	333
16.3.2	O processo dos Távoras (1755-1756).....	334
16.3.3	A condenação do padre Gabriel Malagrida (1761) .....	336
16.3.4	A Lei da Boa Razão (1769).....	336
16.4	A Inglaterra e o <i>Bill of Rights</i> (1689) .....	337
16.5	As codificações civilistas na Europa Iluminista .....	339

**Capítulo XVII – O Direito nos Estados Unidos da América:  
O Papel da Nação na Gênese do Moderno Constitucionalismo**

17.1	O terreno fértil para a Guerra de Independência (1776-1783).....	345
17.2	Os memoráveis diplomas legais no campo do Direito Público Norte-Americano .....	348

**Capítulo XVIII – O Direito na França Revolucionária:  
os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade**

18.1	“Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – o tom do ardor revolucionário	355
18.2	A França e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)	358

**PARTE VIII – O DIREITO NA IDADE CONTEMPORÂNEA**

**Capítulo XIX – O Direito Russo: Do *Russkaia Pravda* ao Direito Soviético**

19.1	Breve Apresentação.....	367
19.2	O <i>Russkaia Pravda</i> : A Mais Antiga Compilação Jurídica da História da Rússia .....	368
19.3	O Direito Bizantino: O Elemento Modelador do Direito Russo Medieval .....	370
19.4	O Domínio Mongol: O Pálido Lastro do <i>Yasa</i> no Direito Público Russo .....	372
19.5	O Direito na Rússia Medieval .....	374
19.6	A Revolução de 1917 e a Gênese do Direito Soviético .....	376

**Capítulo XX – O Direito na Primeira Metade do Século XX:  
O Universo Jurídico em Meio às Duas Grandes Guerras Mundiais**

20.1	Os Direitos de Haia e de Genebra: Disposições Legais sobre os Conflitos Armados .....	383
20.2	Os “Quatorze Pontos” de Wilson e as Bases Modernas para o Direito Internacional.....	386

20.3	O Tratado de Versalhes (1919) .....	389
20.4	A Criação da Liga das Nações (1919).....	391
20.5	Da Constituição de Weimer às Leis de Nuremberg (1919-1935).....	393
20.6	O Tribunal de Nuremberg (1945-1946).....	395
20.7	A Carta de San Francisco e a Criação da ONU (1945) .....	397
20.8	O Crime de Genocídio Tipificado (1948).....	398

## **PARTE IX – HISTÓRIA DO DIREITO NACIONAL**

### **Capítulo XXI – História do Direito no Brasil Colônia (1500-1815)**

21.1	Os direitos indígenas na “Terra de Santa Cruz” .....	405
21.2	O Direito no Brasil Colonial (1500-1815) .....	413
21.2.1	O sistema das capitanias hereditárias e suas implicações jurídicas .....	414
21.2.2	Leis para reger as relações dos colonizadores com os povos indígenas .....	417
21.2.3	As Ordenações do Reino .....	421
21.2.3.1	Ordenações Afonsinas (1446).....	422
21.2.3.2	Ordenações Manuelinas (1521) .....	423
21.2.3.3	Ordenações Filipinas (1603).....	424
a)	Crimes contra os dogmas e a fé.....	425
b)	As discriminações impostas aos judeus e mouros.....	426
c)	Os crimes de lesa-majestade e delitos correlatos: os casos Távora e Tiradentes.....	429
d)	Da inviolabilidade de correspondência e dos segredos.....	431
e)	Dos que fazem moeda falsa .....	432
f)	A preservação ambiental nas Ordenações Filipinas.....	433
g)	Dos crimes de natureza sexual.....	434

### **Capítulo XXII – História do Direito no Brasil-Reino (1815-1822)**

22.1	A introdução do Direito Penal francês num Portugal ocupado pelos exércitos de Napoleão e a chegada de D. João VI ao Brasil .....	435
22.2	A Carta Régia relativa à abertura dos portos de 1808.....	439
22.3	A Carta de Lei de 1815 e a elevação do Brasil à condição de “Reino Unido” .....	442

### **Capítulo XXIII – História do Direito no Brasil Império (1822-1889)**

23.1	A gênese do direito pátrio: as primeiras codificações.....	445
23.1.1	A Constituição Imperial de 1824 .....	446

23.1.2	A criação das escolas de Direito no Brasil .....	453
23.1.3	O Código Criminal do Império de 1830.....	454
23.1.4	O Código de Processo Criminal de 1832.....	458
23.1.5	O Código Comercial de 1850.....	459
23.2	Teixeira de Freitas e o Esboço de Código Civil .....	462
23.3	Outras tentativas frustradas no trajeto da elaboração do Código Civil.....	466
23.4	As leis abolicionistas.....	469
23.4.1	Lei Euzébio de Queirós (1850) .....	471
23.4.2	Lei do Ventre Livre (1871).....	473
23.4.3	Lei dos Sexagenários ou Saraiva-Cotegipe (1885) .....	474
23.4.4	Lei Áurea (1888).....	477

### **Capítulo XXIV – História do Direito brasileiro na República Velha (1889-1930)**

24.1	O criticado Código Penal de 1890 de Batista Pereira .....	481
24.2	O ativo papel de Rui Barbosa na concepção da Constituição de 1891 .....	483
24.3	Clóvis Beviláqua e o esperado Código Civil de 1916.....	487

### **Capítulo XXV – História do Direito brasileiro na República: da Revolução de 1930 ao fim do Estado Novo (1930-1945)**

25.1	As revoluções que pavimentaram o caminho para a Constituição de 1934 .....	493
25.2	O Estado Novo de Getúlio Vargas e a Constituição de 1937.....	502
25.3	O Código de Processo Civil de 1939.....	506
25.4	O Código de Processo Penal de 1941 .....	509
25.5	O Projeto de Alcântara Machado e o Código Penal de 1940.....	510
25.6	Antecedentes ao Direito do Trabalho brasileiro e a CLT de 1943 .....	513

### **Capítulo XXVI – História do Direito brasileiro na República: do fim do Estado Novo ao processo de redemocratização (1945-1988)**

26.1	A Constituição de 1946 e o fim do Estado Novo .....	521
26.2	A ditadura militar, os atos institucionais e a Constituição de 1967.....	526
26.3	O Código de Nelson Hungria de 1969 e a Reforma Penal de 1984 ....	531
26.4	Da notável influência de Liebman ao Código de Processo Civil de 1973. ....	532
26.5	A Constituição de 1988 e a instauração do Estado Democrático de Direito .....	533

<i>Referências</i> .....	543
--------------------------	-----